

PRÁTICAS DO DISCLOSURE VOLUNTÁRIO SOCIOAMBIENTAL EM COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS BRASILEIRAS

LORENNA GABRIELLA NOVAES SANTANA

UFMS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

loresgabriella@gmail.com

MARTA PAGÁN MARTÍNEZ

pagan.marta@gmail.com

ROSAMARIA C. MOURA-LEITE

rosamariamouraleite@gmail.com

JOSÉ ALEXANDRE DOS SANTOS

prof.jose.alexandres@gmail.com

PRÁTICAS DO DISCLOSURE VOLUNTÁRIO SOCIOAMBIENTAL EM COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS BRASILEIRAS

PRACTICES OF A SOCIO-ENVIRONMENTAL VOLUNTARY DISCLOSURE IN BRAZILIAN AGRICULTURAL COOPERATIVES

Resumo

As cooperativas, por seu grande porte, exercem grande influência sobre o contexto socioambiental no que se inserem, ante a relevância das cooperativas para o desenvolvimento agropecuário. Pesquisas anteriores revelam a importância das cooperativas para o desenvolvimento agropecuário e do *disclosure* voluntário de informações dessas cooperativas para lograr o bom funcionamento de mercado de capitais, diminuindo a assimetria e brecha informacional. Porém, a literatura evidencia que existem uma notável escassez de estudos sobre as práticas de *disclosure* voluntário nas cooperativas agropecuárias. Diante desse cenário, o objetivo deste artigo é descrever o *disclosure* voluntário socioambiental em cooperativas agropecuárias brasileiras. A fim de atingir o objetivo traçado, foram analisados os relatórios anuais presentes nos websites de uma amostra intencional não-probabilística das maiores cooperativas agropecuárias brasileiras, referentes ao período de 2015. Para a mensuração do nível de *disclosure* voluntário das cooperativas agropecuárias foi utilizada uma métrica composta por 11 categorias e 48 subcategorias. Para a análise dos dados, foram utilizados três índices de avaliação de *disclosure*: Índice de *Disclosure* (ID), Índice de *Disclosure* das Empresas (IDE) e Índice Geral de *Disclosure* das Empresas (IGDE), Índice Geral de *Disclosure* social (IGDs). Além disso, foi desenvolvido o Índice Geral de *Disclosure* ambiental (IGDa). Os resultados obtidos evidenciam que há mais divulgações de informações sociais do que ambientais e permitem afirmar que ainda falta muito para alcançar uma boa aderência de *disclosure* socioambiental pelas cooperativas agropecuárias analisadas.

Palavras-chave: transparência, divulgação de informação, open data, variáveis socioambientais, agronegócio.

Abstract

Cooperatives, for their large size, exert great influence on the socio-environmental context in which they are inserted, given the relevance of cooperatives for agricultural development. Previous research reveals the importance of cooperatives for agricultural development and the voluntary disclosure of information from these cooperatives to achieve a well functioning capital market, reducing asymmetry and information gap. However, the literature shows that there is a notable shortage of studies on voluntary disclosure practices in agricultural cooperatives. Given this scenario, the objective of this article is to describe the socio-environmental voluntary disclosure in Brazilian agricultural cooperatives outlined, the annual reports on the websites of an intentional non-probabilistic sample of the largest Brazilian agricultural cooperatives, referring to the period of 2015, were analyzed. To measure the level of voluntary disclosure of agricultural cooperatives, a metric was made up of 11 categories and 48 subcategories. For data analysis, three disclosure indexes were used: Disclosure Index (ID), Business Disclosure Index (SDI) and General Disclosure Index of Companies (IGDE), General Index of Social Disclosure (IGDs). In addition, the General Environmental Disclosure Index (IGDa) was developed. The

results show that there are more disclosures of social information than environmental information and allow us to affirm that there is still a long way to reach a good socio-environmental disclosure adherence by the agricultural cooperatives analyzed.

Keywords: *transparency, disclosure of information, open data, socio-environmental variables, agribusiness.*

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade tem como objetivo principal fornecer informações aos usuários em geral com a finalidade de auxiliar na tomada de decisões econômicas com segurança, fidedignidade e relevância em tempo hábil (IUDÍCIBUS, 2010). O *disclosure* não é um princípio contábil, porém, está relacionado ao objetivo da contabilidade no que tange à evidenciação das informações produzidas por essa ciência em seus relatórios. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS-CPC, 2016). Dessa forma, *disclosure* pode ser interpretado como a evidenciação de informações contábeis quantitativas ou qualitativas publicadas pela empresa por meio de canais formais ou informais de divulgação. (GIBBINS, RICHARDSON E WATERHOUSE, 1990)

Bushman, Piotroski e Smith (2004) relacionam o conceito de *disclosure* (evidenciação) com o conceito de transparência corporativa, os quais a definem como a disseminação de informação relevante e confiável acerca do desempenho operacional, financeiro, das oportunidades de investimento, da governança, dos valores e riscos. Assim, para esses autores, a transparência corporativa é um instrumento de divulgação de informações específicas da empresa para seus usuários externos.

A evidenciação total de informações (*full disclosure*) não é vista na prática (LANG E LUNDHOLM, 2000). Isso se deve ao fato da geração e divulgação de informações implicarem custos para a empresa, tornando o *disclosure* total, parcial ou nulo, dependendo do custo/benefício de divulgar as informações. (HOSSAIN, 2008). Para Verrecchia (2001), a ausência de custos de divulgação pressupõe uma divulgação completa. Na mesma linha de raciocínio Yamamoto e Salotti (2006) afirmam que na medida em que os custos aumentam o *disclosure* tende a diminuir. Dessa forma, nota-se que quando determinada empresa divulga uma informação voluntariamente espera-se que os benefícios dessa divulgação superam seus custos (VERRECCHIA, 2001). Assim, o *disclosure* voluntário só ocorre quando há mais benefícios do que custos para as empresas (DYE, 2001).

Diversos estudos procuraram relacionar o grau de evidenciação com o nível de governança corporativa das empresas, tais como: Ruland; Tung e George (1990), Craswell e Taylor (1992), Forker (1992), Mckinnon e Dalimunthe (1993), Beasley (1996), Schadewitz e Blevins (1998), Chen e Jaggi (2000), Haniffa e Cooke (2002), Ho e Wong (2001), Lanzana (2004). Nestes trabalhos foi esperado que um maior nível de governança corporativa leve a um maior nível de evidenciação.

As organizações cooperativas possuem sete princípios fundamentais, os quais dependem fortemente de uma boa transparência para sua efetiva aplicação, destacam-se: gestão democrática; educação, formação e informação; interesse pela comunidade. Para a efetiva aplicação desses princípios, bem como, para uma melhor solidez no mercado, é primordial que seus membros e a comunidade tenham plena visão do que se passa na cooperativa. Bialoskorski Neto (2007) afirma em sua obra que as funções-objeto de uma cooperativa é distribuir os resultados aos seus

associados e traçar uma estratégia de distribuição de resultados econômicos através de melhores preços de aquisição de produtos e melhor preço de venda dos produtos fim da cooperativa.

Tendo em vista que a Teoria do *Disclosure* Voluntário, também conhecida como Divulgação baseada em Jungamento (Yamamoto e Salotti, 2006), atribui o *disclosure* à um acontecimento endógeno, no qual os gestores e/ou as empresas possuem benefícios econômicos para evidenciar, ou não, informações de forma voluntária, visando atender as demandas dos usuários externos das demonstrações contábeis (VERRECCHIA, 2001), bem como, a relevância econômica e social das cooperativas, o problema de pesquisa é: de que maneira as cooperativas agropecuárias brasileiras divulgam informações socioambientais?

Orientado por esta questão, o objetivo desta pesquisa é descrever o *disclosure* socioambiental de cooperativas agropecuárias brasileiras.

Justifica-se a realização dessa pesquisa devido à escassez de estudos sobre as práticas de *disclosure* voluntário nas cooperativas agropecuárias, à relevância das cooperativas no desenvolvimento agropecuário dentro e fora do contexto brasileiro, a importância do *disclosure* voluntário de informações no âmbito das cooperativas no setor do agronegócio para lograr o bom funcionamento de mercado de capitais, diminuindo a assimetria e brecha informacional, amenizando os problemas com o risco moral (MURCIA E SANTOS, 2009).

Igualmente, se justifica no grande porte das cooperativas que, muitas vezes, são conglomerados que empregam milhares de pessoas e geram milhões de reais em faturamento e sobras, o que facilita que estas empresas exerçam grande influência sobre o ambiente e a sociedade na qual se inserem. (SCHULTZ, MARQUES, MURCIA E HOFER, 2013)

Assim, a principal contribuição da pesquisa foi a descrição do *disclosure* voluntário socioambiental das cooperativas agropecuárias brasileiras, bem como a utilização de uma métrica abrangente e representativa que permite mensurar o nível de *disclosure* voluntário das cooperativas agropecuárias, contribuindo para a literatura brasileira sobre o tema e para futuras pesquisas.

Além desta seção introdutória, o estudo está organizado nas seguintes seções: A seção 2 apresenta o referencial teórico do trabalho sobre o *disclosure* voluntário e as cooperativas; a seção 3 descreve os procedimentos metodológicos; a seção 4 apresenta a análise e discussão dos resultados; finalmente se apresentam as considerações finais da pesquisa.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. Disclosure Voluntário

A contabilidade, na qualidade de ciência social aplicada, tem uma metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam às situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja este pessoa física, entidade de finalidade não lucrativa, empresa, ou pessoa de Direito Público, tem um campo de atuação muito amplo e foi desenvolvida inicialmente devido ao surgimento do capitalismo e a necessidade de mensurar os acréscimos ou decréscimos dos investimentos iniciais alocados a alguma exploração comercial ou industrial. (IUDÍCIBUS, 1998)

Hendriksen (1999) afirma em sua obra que os objetivos da contabilidade podem contemplar um conjunto básico de informações que satisfaçam igualmente bem a todos os usuários, independente da natureza das informações, ou a Contabilidade deveria evidenciar informações completamente diferentes para sanar as necessidades de cada usuário separadamente.

Para Iudicibus (1980), o objetivo da contabilidade envolve aspectos de produtividade e sociais, sendo essa divulgação de informações adicionais que incluem, entre outros, níveis de emprego da entidade, tipos de treinamento, demonstração de valor adicionado. Já na visão de Lopes e Martins (2005), um dos principais objetivos da contabilidade é contribuir para a redução da assimetria informacional existente entre os usuários internos e externos da entidade.

Contudo, é cabível afirmar que o *disclosure* é intrínseco às características qualitativas da informação contábil – compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade (IASB, 2000) buscando torná-la mais útil e aumentando a capacidade de avaliação preditiva do usuário. (MEDEIROS, 2005). Dantas et al. (2008) ressalta ainda que para alcançar a transparência pretendida com o *disclosure*, a instituição deve divulgar informações qualitativas e quantitativas que possibilitem aos usuários formar uma compreensão das atividades desenvolvidas e dos seus riscos, observando os aspectos de tempestividade, detalhamento e relevância necessários, demonstrando assim, a verdadeira situação das entidades, o que potencializa a capacidade de avaliação preditiva.

A divulgação de informações pelas empresas pode se dar de forma voluntária ou obrigatória. O *disclosure* obrigatório é aquele no qual as empresas são obrigadas por força de lei a divulgar algumas informações consideradas relevantes aos usuários, mesmo que não traga os benefícios esperados pela empresa, gerando custos para a elaboração. Já o *disclosure* voluntário é aquele no qual a empresa divulga as informações por acreditar que traz benefícios aos usuários internos e externos, como os investidores existentes e em potencial, superando os custos de produção das informações. (YAMAMOTO E SALOTTI, 2006).

Waris et al. (2017) encontrou como resultados da pesquisa sobre os determinantes do disclosure de informações de responsabilidade social, o tamanho da empresa, setor, rentabilidade, e mecanismos de governança corporativa, esses fatores aparecem como predominantes como impulsionadores da agenda de relatórios de RSE. A investigação revela que as empresas com alto grau de visibilidade parecem atribuir maior importância às questões sociais e ambientais.

As cooperativas, apesar de em seus princípios demonstrarem fortes preocupações com a transparência, tem exigências de divulgação menores que as empresas de capital aberto, falta de incentivos para divulgarem, custo de publicação, a ausência de Leis e a falta de demanda para a informação, podem ocasionar um nível reduzido de *disclosure* de informações sociais e ambientais (SCHULTZ et al., 2013).

2.2. Cooperativas

O movimento cooperativista nasce em Rochdale, periferia de Manchester, Inglaterra no século XIX no momento em que ocorria a Revolução Industrial (PINHO, 2004). Segundo Faria (2005) as ideias de Owen, a revolução industrial e o liberalismo econômico que influenciaram o surgimento dessa cooperativa. Além disso Owen foi o primeiro a usar o termo cooperação, sendo para o autor antônimo de concorrência.

As cooperativas são sustentadas pela cooperação e cooperar é agir de forma coletiva com os outros, trabalhar de forma conjunta em prol de um mesmo objetivo (GAWLAK E RAZKE, 2010), a prática cooperativista contribui para a educação das pessoas e ajuda a desenvolver uma mentalidade mais flexível, participativa, humana e solidária, os princípios são importantes na busca de resultados econômicos, desenvolvimento social e qualidade de vida dos cooperados (CARVALHO, 2012).

Para atingir seus objetivos as cooperativas sustentam-se em valores de autoajuda, autorresponsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. As cooperativas têm valores tradicionais provenientes de seus fundadores, portanto os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e do cuidar dos outros (INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE, 2013).

As cooperativas estão presentes em todos os setores da economia e são de fundamental importância para a criação de empregos, segundo a FAO 2012 foram mais de 100 milhões de empregos diretos e indiretos em todo o mundo, mobilização de recursos, geração de investimentos, além de que, contribui para o desenvolvimento econômico e social dos povos. Dessa maneira, cabe ressaltar que cooperativa é a “associação autônoma e voluntária para atender as suas necessidades e aspirações comuns, econômicas sociais e culturais, por meio de empreendimento de propriedade comum e de gestão democrática”. (OIT, 2002).

As cooperativas são regidas por sete princípios fundamentais, apresentados no Quadro 1:

Princípios	Definição
Adesão voluntária e livre	As cooperativas são abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e a assumir responsabilidades como membros, sem discriminação de gênero, cor, política, religião ou classe social.
Gestão democrática	O controle da cooperativa é realizado por seus membros, que são convidados a compartilhar todas as decisões. Cada associado tem direito a um voto, independentemente de seu capital no empreendimento.
Participação econômica dos membros	Cada associado contribui para a constituição do capital de suas cooperativas, controlando-o democraticamente;
Autonomia e independência	As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas por seus membros de forma independente.
Educação, formação e informação	As cooperativas promovem a educação e a formação de seus associados para que estes possam contribuir, cada vez mais, com o crescimento do empreendimento.
Intercooperação	As cooperativas devem ajudar-se entre si, trabalhando – sempre que possível – em conjunto. A lógica é unir forças, pensamento oposto à competição vivida pelas empresas tradicionais.
Interesse pela comunidade	As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades e devem tomar todas as suas decisões de maneira socialmente responsável.

Quadro 1. Princípios que regem as cooperativas. Fonte: Elaborado pelos autores com base na OCB (2013).

Dessa maneira, cabe mencionar que a transparência está diretamente relacionada à credibilidade, confiança, responsabilidade social, ética, além de que, eleva a qualidade democrática, aumentando a participação do coletivo nas cooperativas. Além disso, nota-se a importante relação entre os princípios cooperativistas, principalmente a adesão voluntária e livre, gestão democrática, educação, formação e informação, e o interesse pela comunidade, com o *disclosure* socioambiental (ELORZA, 2014).

Portanto, espera-se que as cooperativas, por força dos princípios, realizem ações de responsabilidade social e ambiental e divulguem de forma voluntária as informações, principalmente para serem legítimas na comunidade, a qual fazem parte.

3. METODOLOGIA

Para verificar o objetivo proposto nesse estudo, desenvolveu-se uma pesquisa teórico-empírico, de caráter descritivo. Considera-se descritiva uma vez que se pretende descrever o *disclosure* socioambiental de cooperativas agropecuárias brasileiras, mediante a análise quantitativa dos dados coletados. Justifica-se a escolha dessa metodologia por ser provada e refutada.

3.1. Seleção da amostra e coleta de dados

A seleção da amostra, não-probabilística, foi obtida do *ranking* das “400 maiores empresas do agronegócio” do ano de 2016 publicado pela revista Exame, no qual classifica as 400 maiores empresas (entre elas cooperativas, empresas de capital aberto, etc.), foram selecionadas as 62 cooperativas presentes no *ranking*. Após selecionada a amostra, optou-se por investigar os balanços sociais, relatórios de sustentabilidade, relatório da administração e/ou relatório anual presentes nos sites dessas cooperativas, pois a forma de divulgação desses relatórios, na atualidade, é mais comum *online* do que em revistas ou jornais da área.

Durante o processo de coleta de dados, verificou-se que uma cooperativa não possui *website*, 30 possuem *website*, mas não divulgam nenhum tipo de informações socioeconômicas em relatórios, 08 cooperativas divulgam relatórios em período diferente do pesquisado e 23 cooperativas divulgam relatórios dos quais foram extraídas informações referentes ao ano de 2015, sendo essas 23 cooperativas a amostra da pesquisa.

3.2. Métrica para a pesquisa

Os procedimentos adotados nesta pesquisa têm como base a métrica desenvolvida por Murcia (2009) e Rover (2010). Murcia (2009) pesquisou sobre os fatores que explicam o nível de *disclosure* voluntário das companhias abertas no Brasil, avaliando as 100 maiores companhias abertas não-financeiras e obteve como resultado que as maiores empresas do setor elétrico, que possuem *American Depositary Receipts* (ADRs) nos níveis II e III na Bolsa de Nova Iorque (NYSE) e que aderem aos níveis diferenciados de governança corporativa da Bolsa de São Paulo (Bovespa), possuem em média, um maior nível de *disclosure* voluntário.

Rover (2010) que investiga a influência do nível de *disclosure* voluntário econômico e socioambiental no custo de capital próprio de empresas brasileiras, selecionou 92 itens, divididos em três grupos- informações econômicas, sociais e ambientais. Como resultado da pesquisa, Rover (2010) constatou que o nível de *disclosure* voluntário influencia o custo de capital próprio das empresas, porém a hipótese central da pesquisa- quanto maior o *disclosure* voluntário, menor o custo de capital próprio de empresas brasileiras- foi refutada.

Ambos autores fundamentam seus estudos nos seguintes autores: Ernst e Ernst (1978); Chow e Wong Boren (1987); Zeghal e Ahmed (1990); Meek, Roberts, Gray (1995); Gray, Kouhy e Lavers (1995); Hackston e Milne (1996); Burritt e Welch (1997); Botosan (1997); Williams (1999); Depoers (2000); Salomone e Galluccio (2001); Deegan, Rankin e Tobin (2002); Hail (2002); Nossa (2002); Standards & Poor's (2002); Kuasirikun e Sherer (2004); Lanzana (2004); Yusoff, Lehman e Nasir (2006); Malacrida e Yamamoto e Salotti (2006); Lima (2007); Alencar (2007); Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007); Andrade e Salotti (2008); Francis, Nanda e Olsson (2008); Hossain (2008); Morris e Tronnes (2008); e Orens e Lybaert (2008). Os trabalhos dos citados autores permitem minimizar a subjetividade na seleção das informações socioambientais

para estruturar a métrica de avaliação do *disclosure* voluntário das cooperativas agropecuárias brasileiras.

Dessa forma, ressalta-se que apesar do estudo de Rover (2010) desenvolvido para empresas de capital aberto e do estudo do Murcia (2009) para cooperativas e empresas de capital aberto, as metodologias de ambos estudos serão utilizadas para desenvolvimento desta pesquisa, cujo objeto serão as cooperativas, com o diferencial de que o *disclosure* compulsório mínimo é menor que o das companhias abertas, ou seja, algumas das demonstrações contábeis que são obrigatórias para empresas de capital aberto, são voluntárias para as cooperativas, como por exemplo a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Com isso, foram selecionados dois grupos de informações- sociais e ambientais- 11 categorias e 48 subcategorias.

O grupo composto pelas informações sociais está apresentado no Quadro 2 composto por três categorias e 14 subcategorias.

Categoria	Subcategoria
Informações Financeiras Sociais	Demonstração do Valor Adicionado (DVA) Menções ao valor adicionado ou distribuído Investimentos de caráter social Gastos em projetos sociais
Produtos/Serviços	Produtos/serviços da empresa estão adequados às normas de segurança Menção a reclamação sobre produtos e/ou serviços
Colaboradores (não administradores)	Número de funcionários Remuneração dos funcionários Benefícios aos funcionários Satisfação dos funcionários Informação sobre minorias na força de trabalho Educação e treinamento dos funcionários Segurança no local de trabalho Relacionamento com sindicatos ou órgãos de classe

Quadro 2. Métrica para coletar informações sociais sobre o *disclosure* voluntário. Fonte: Elaborado pelos autores com base em Rover (2011) e Murcia (2009).

O Quadro 3 apresenta o grupo composto pelas informações ambientais e está dividido em oito categorias e 34 subcategorias.

Categoria	Subcategoria
Políticas Ambientais	Declaração das políticas, práticas, ações atuais Estabelecimento de metas e objetivos ambientais <i>Compliance</i> com a legislação ambiental Parcerias, conselhos, fóruns ambientais Prêmios e participações em índices ambientais
Gestão e Auditoria Ambiental	Gestão ambiental ISOs 9000 Auditoria Ambiental
Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente	Desperdício e resíduos Processo de acondicionamento (embalagem) Reciclagem Desenvolvimento de produtos ecológicos Uso eficiente e/ou reutilização da água Impacto no meio ambiente (vazamentos, derramamentos, terra utilizada etc.)

	Reparos aos danos ambientais
Energia	Conservação e/ou utilização mais eficiente nas operações Utilização de materiais desperdiçados na produção de energia Desenvolvimento ou exploração de novas fontes de energia
Informações Financeiras Ambientais	Investimentos ambientais Custos e/ou despesas ambientais Ativos ambientais intangíveis Passivos ambientais Práticas contábeis de itens ambientais Seguro ambiental
Educação e Pesquisa Ambiental	Educação ambiental (internamente e/ou comunidade) Pesquisas relacionadas ao meio ambiente
Mercado de Crédito de Carbono	Projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) Créditos de carbono Emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE) Certificados de Emissões Reduzidas (CER)
Outras Informações Ambientais	Menção relativa à sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável Gerenciamento de florestas e/ou reflorestamento Conservação da biodiversidade Relacionamento ambiental com <i>stakeholders</i>

Quadro 3. Métrica para coletar informações ambientais sobre o *disclosure* voluntário. Fonte: Elaborado pelos autores com base em Rover (2010) e Murcia (2009)

3.3. Análise de dados

Em seguida definiu-se o critério para análise dos dados. Devido ao fato dos relatórios terem modelos de divulgação muito distintos uns dos outros, inviabilizando selecionar um modelo único, optou-se por avaliar os dados de forma binária, ou seja, se a cooperativa divulga determinado dado recebe nota 1, se não divulga recebe nota 0. Dessa forma, verifica-se a existência, ou não, de determinada informação (KHANNA; PALEPU; SRINIVASAN, 2004). Os dados foram analisados com base na obra de Schultz et al (2013), o qual desenvolveu três índices aritméticos: Índice de *Disclosure* (ID), Índice de *Disclosure* das Empresas (IDE) e Índice Geral de *Disclosure* das Empresas (IGDE).

O Índice de *Disclosure* (ID) demonstra a quantidade de empresas que fazem divulgação em ao menos uma subcategoria da categoria avaliada, o que representa a aderência das empresas a alguma divulgação voluntária. O maior valor do índice é 1 (se todas as empresas evidenciaram informações) e o valor mínimo é 0 (se todas as empresas não evidenciaram nenhuma informação). A fórmula (1) utilizada foi a seguinte:

$$ID = \frac{E}{T}$$

onde, ID é o Índice de *Disclosure*, E é a quantidade de empresas que evidenciaram ao menos uma subcategoria da categoria avaliada e T é o total de empresas da categoria.

O Índice de *Disclosure* das Empresas (IDE) representa o nível de evidenciação das empresas (E) que formam o índice ID. O maior valor do índice IDE é 1 (todas as empresas E evidenciaram informações que atendem todas as subcategorias da categoria) e o menor valor é

$\mathbb{R} > 0$ (todas as empresas E evidenciaram informações que atendem somente a uma subcategoria da categoria). A fórmula (2) que representa IED é:

$$IDE = \frac{DE}{(SC \times E)}$$

onde, DE é a quantidade de *Disclosure* ou evidenciação na categoria, SC a quantidade de subcategorias da categoria e E a quantidade de empresas que evidenciou ao menos uma das subcategorias. Esse índice não pode ser comparado entre categorias diferentes e, sim somente, entre diferentes classes de empresas na mesma categoria.

O Índice Geral de *Disclosure* das Empresas corresponde à quantidade de evidenciações em relação ao total de empresas observadas de uma mesma classe. O valor máximo deste índice é 1 (todas as empresas observadas apresentaram informações que atendem a todas as subcategorias da categoria) e o valor mínimo é 0 (nenhuma subcategoria da categoria é atendida pela divulgação). A fórmula para este índice é apresentada a seguir:

$$IGDE = \frac{DE}{(SC \times T)}$$

onde, DE é a quantidade de evidenciações da categoria, SC a quantidade de subcategorias da categoria e T a quantidade total de empresas observadas na classe.

Além disso, ampliou-se a metodologia com a comparação do índice geral de divulgação social e do índice geral de divulgação ambiental para verificar se existe diferença na divulgação voluntária das informações sociais e ambientais. A fórmula (4) para calcular o Índice Geral de *Disclosure* social (IGDs) é:

$$IGDs = \frac{DEs}{(SCs \times T)}$$

onde, IGDs é Índice Geral de *Disclosure* social, DEs é a quantidade de evidenciação total do grupo variáveis sociais, SCs é a quantidade total de subcategorias do grupo social e T é a quantidade total de empresas.

A fórmula (5) para calcular o Índice Geral de *Disclosure* ambiental (IGDa) é:

$$IGDa = \frac{DEa}{(SCa \times T)}$$

onde, IGDa é Índice Geral de *Disclosure* ambiental, DEa é a quantidade de evidenciação total do grupo variáveis ambientais, SCa é a quantidade total de subcategorias do grupo ambiental e T é a quantidade total de empresas.

3.4. Restrições da Pesquisa

A análise realizada nos relatórios das cooperativas envolve o julgamento do pesquisador. A métrica utilizada para avaliar os dados coletados não atribui pesos, dando a mesma importância

para todas as informações divulgadas. Outra restrição a ser destacada é a não análise de Balanços Patrimoniais e Notas Explicativas, penalizando empresas por divulgar determinadas subcategorias como, por exemplo, ativos ambientais intangíveis, passivos ambientais, práticas contábeis de itens ambientais e seguro ambiental somente nos demonstrativos contábeis. Além disso, cabe ressaltar que a amostra trabalhada na pesquisa é intencional, logo, não probabilística e o período estudado é restrito a um ano, por isso os resultados da pesquisa restringem-se às cooperativas estudadas.

4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foram utilizadas as variáveis das categorias expostas nos Quadros 2 e 3 para quantificar os índices de *Disclosure* conforme os gráficos de 1 a 3.

No Gráfico 1 são apresentadas as informações de *Disclosure* voluntário social das cooperativas agropecuárias brasileiras evidenciando nos índices ID e IGDE a existência de uma maior preocupação em divulgar informações financeiras sociais e sobre os colaboradores não administradores. Com relação ao IDE as categorias informações financeiras e sociais e produtos/serviços apresentaram maior índice de evidenciação o que leva a crer que as cooperativas têm uma maior preocupação em divulgar aspectos relacionados a essas variáveis.

Além disso, cabe ressaltar que determinadas subcategorias tiveram um índice muito baixo de divulgação, como é o caso da “menção a reclamação de produtos e serviços” e “satisfação dos funcionários” ocasionando um menor nível de divulgação do Índice Geral de *Disclosure* das Empresas das categorias produtos/serviços e colaboradores (não administradores) respectivamente, o que demonstra uma menor preocupação em divulgar esse tipo de informação ao usuário.

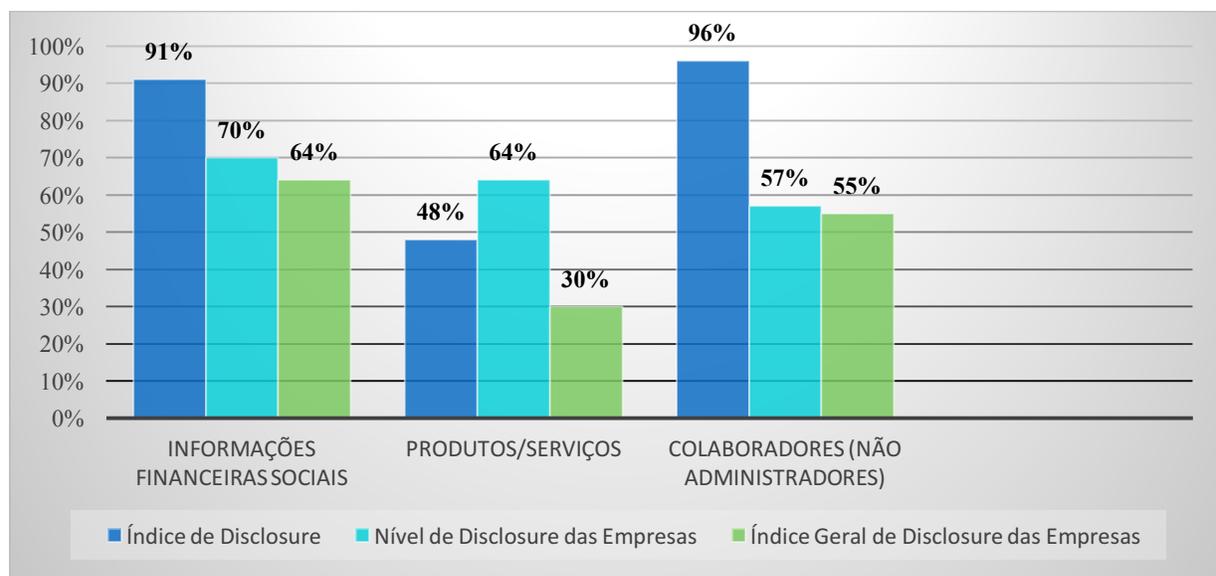


Gráfico 1. Informações de *Disclosure* voluntário social das cooperativas agropecuárias brasileiras. Fonte: Elaborado pelos autores.

No Gráfico 2 são apresentadas as informações de *Disclosure* voluntário ambiental das cooperativas agropecuárias brasileiras evidenciando no índice ID nas categorias “Políticas Ambientais” e “Informações Financeiras Ambientais” o maior nível de divulgação, logo, maior

preocupação em divulgar esses assuntos. Em contrapartida a categoria “Mercado de crédito de carbono” teve a menor divulgação do Índice ID, bem como no Índice IGDE, demonstrando uma menor preocupação em divulgar os feitos sobre esse tema. Com relação ao IDE as categorias “Energia” e “Educação e Pesquisa Ambiental” apresentaram maior índice de evidenciação o que leva a crer que as cooperativas têm uma maior preocupação em divulgar aspectos relacionados a essas variáveis. O Índice IGDE teve uma divulgação relativamente baixa, comparando aos outros índices, tendo em vista que a quantidade geral de divulgação das categorias atingiu no máximo 50% na categoria Educação e Pesquisa Ambiental.

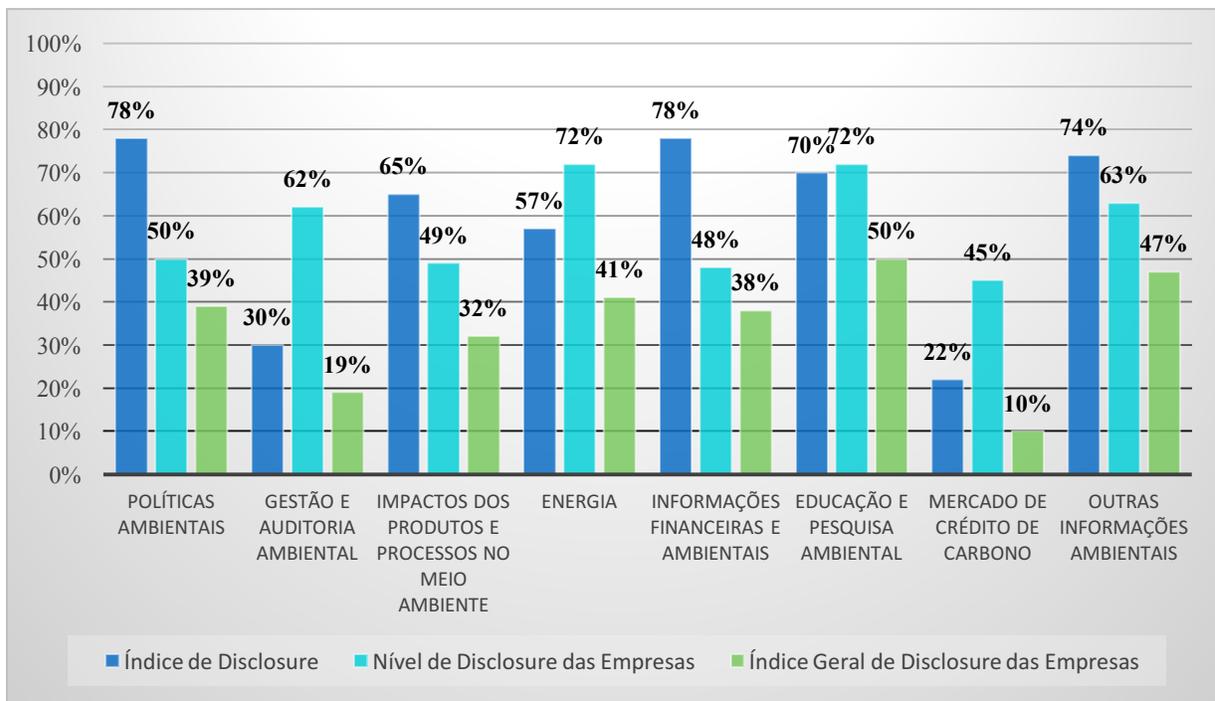


Gráfico 2. Informações de *Disclosure* voluntário ambientais das cooperativas agropecuárias brasileiras. Fonte: Elaborado pelos autores.

No Gráfico 3 são apresentadas o *Disclosure* voluntário das informações sociais e ambientais das cooperativas agropecuárias brasileiras evidenciando de maneira geral maior divulgação de assuntos sociais do que ambientais, com uma diferença de 20 pontos percentuais, o que ressalta a preocupação com o sétimo princípio cooperativista: Interesse pela comunidade.

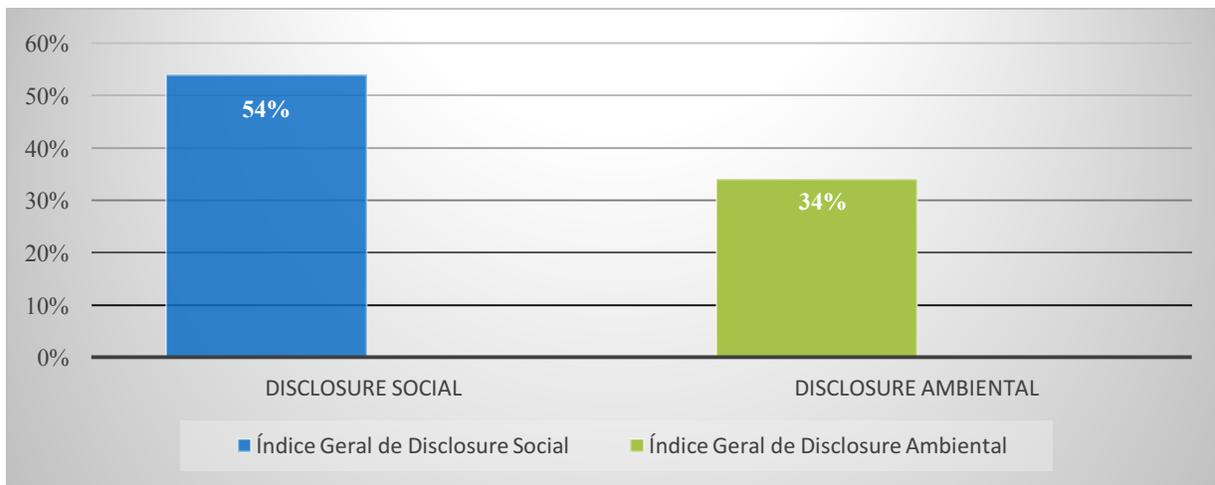


Gráfico 3. Informações de *Disclosure* voluntário das informações sociais e ambientais das cooperativas agropecuárias brasileiras. Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir da análise do Gráfico 3 pode-se verificar que a média de *disclosure* geral (IGDs+IGDa/2) é 44%, um percentual ainda baixo visto a importância de divulgar as práticas socioambientais da empresa cooperativa para os usuários da informação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo descrever o *disclosure* voluntário socioambiental em cooperativas agropecuárias brasileiras. O artigo se concentrou na análise dos relatórios anuais e similares do ano de 2015. A amostra foi retirada do *ranking* das “400 maiores empresas do agronegócio” da revista *Exame*. Foram verificadas as 62 cooperativas presentes no *ranking* supramencionado, porém, apenas 23 divulgaram relatório anual no site e foram objeto da pesquisa.

A análise dos dados foi feita com base na obra de Schultz et al. (2013), o qual desenvolveu três índices aritméticos de avaliação que permitiram representar quantitativamente a aderência das cooperativas, são esses: Índice de *Disclosure* (ID), Índice de *Disclosure* das Empresas (IDE) e Índice Geral de *Disclosure* das Empresas (IGDE). Além disso, foi utilizado o Índice Geral de Divulgação social (IGDs) e o Índice Geral de Divulgação ambiental (IGDa) desenvolvida pelos autores para verificar se existe diferença na divulgação voluntária das informações sociais e ambientais.

De acordo com a análise dos resultados da pesquisa verifica-se que as cooperativas se preocupam mais em divulgar informações sociais do que ambientais. Dentre as informações sociais a categoria que trata dos “colaboradores não administradores” foi a mais divulgada. Dentre as informações ambientais as categorias “políticas ambientais e informações financeiras e ambientais” foram as mais mencionadas nos relatórios. Cabe ressaltar ainda que algumas informações sociais e ambientais, respectivamente, como “produtos e serviços e mercado de crédito de carbono” foram as menos divulgadas.

No entanto, analisando que das 62 cooperativas presentes no *ranking* consultado, apenas 23 divulgam informações socioambientais e das que divulgam o índice médio de divulgação fica abaixo de 50%, fato esse que demonstra a falta de preocupação das cooperativas agropecuárias brasileiras em fornecer informações aos usuários.

A principal contribuição da pesquisa foi a análise do *disclosure* voluntário socioambiental

das cooperativas agropecuárias brasileiras, bem como a utilização de uma métrica abrangente e representativa composta por 11 categorias e 48 subcategorias que permite mensurar o nível de *disclosure* voluntário das cooperativas agropecuárias e prove evidências empíricas sobre o objeto de pesquisa, contribuindo para a literatura brasileira sobre o tema e para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Roberta Carvalho de. **Nível de disclosure e custo de capital próprio no mercado Brasileiro**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- ANDRADE, Jesusmar; SALOTTI, Bruno. Balanço de recursos humanos: uma análise de companhias do mercado brasileiro. In: **Congresso ANPCONT**, 2008.
- BEASLEY, Mark S. An empirical analysis of the relation between the board of director composition and financial statement fraud. **Accounting review**, p. 443-465, 1996.
- BOTOSAN, Christine A. Disclosure level and the cost of equity capital. **Accounting review**, p. 323-349, 1997.
- BURRITT, Roger L.; WELCH, Stephen. Accountability for environmental performance of the Australian Commonwealth public sector. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 10, n. 4, p. 532-561, 1997.
- BUSHMAN, Robert M.; PIOTROSKI, Joseph D.; SMITH, Abbie J. What determines corporate transparency?. **Journal of accounting research**, v. 42, n. 2, p. 207-252, 2004.
- CHEN, Charles JP; JAGGI, Bikki. Association between independent non-executive directors, family control and financial disclosures in Hong Kong. **Journal of Accounting and Public policy**, v. 19, n. 4, p. 285-310, 2001.
- CHOW, Chee W.; WONG-BOREN, Adrian. Voluntary financial disclosure by Mexican corporations. **Accounting review**, p. 533-541, 1987.
- CRASWELL, Allen T.; TAYLOR, Stephan L. Discretionary disclosure of reserves by oil and gas companies: An economic analysis. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 19, n. 2, p. 295-308, 1992.
- COOPERATIVAS Brasileiras, Organização de – OCB. **Agenda legislativa do cooperativismo**. 2013. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/Site/ocb_congresso/agenda_cooperativismo_2013.pdf> acesso em: 30 de junho de 2017.
- DANTAS, José Alves et al. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **Economia & Gestão**, v. 5, n. 11, p. 56-76, 2008.
- DE MEDEIROS, Otavio Ribeiro; QUINTEIRO, Luis Gustavo do Lago. Disclosure of accounting information and stock return volatility in Brazil. 2005.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, CPC- CPC 01. **Demonstração do valor adicionado.**, v. 27, p. 11-05, 2016. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_09.pdf>. Acesso em 10 dez. 2016.

- DEEGAN, Craig; RANKIN, Michaela; TOBIN, John. An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997: A test of legitimacy theory. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 312-343, 2002.
- DEPOERS, Florence. A cost benefit study of voluntary disclosure: Some empirical evidence from French listed companies. **European Accounting Review**, v. 9, n. 2, p. 245-263, 2000.
- DYE, Ronald A. An evaluation of essays on disclosure and the disclosure literature in accounting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, n. 1, p. 181-235, 2001.
- ERNST and ERNST. **Social responsibility disclosure**, Cleveland, OH, 1978.
- FORKER, John J. Corporate governance and disclosure quality. **Accounting and Business research**, v. 22, n. 86, p. 111-124, 1992.
- FRANCIS, Jennifer; NANDA, Dhananjay; OLSSON, Per. Voluntary disclosure, earnings quality, and cost of capital. **Journal of accounting research**, v. 46, n. 1, p. 53-99, 2008.
- GIBBINS, Michael; RICHARDSON, Alan; WATERHOUSE, John. The management of corporate financial disclosure: opportunism, ritualism, policies, and processes. **Journal of accounting research**, p. 121-143, 1990.
- GRAY, Rob; KOUHY, Reza; LAVERS, Simon. Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 8, n. 2, p. 47-77, 1995.
- HACKSTON, David; MILNE, Markus J. Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 9, n. 1, p. 77-108, 1996.
- HANIFFA, Rozaini Mohd; COOKE, Terry E. Culture, corporate governance and disclosure in Malaysian corporations. **Abacus**, v. 38, n. 3, p. 317-349, 2002.
- HENDRIKSEN, Eldon S. Van Breda, Michael F. **Teoria da contabilidade**, v. 1, 1999.
- HO, Simon SM; WONG, Kar Shun. A study of the relationship between corporate governance structures and the extent of voluntary disclosure. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 10, n. 2, p. 139-156, 2001.
- HOSSAIN, Mohammed. **The extent of disclosure in annual reports of banking companies: The case of India**. 2008.
- INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS COMMITTEE-IASB; INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **International accounting standards**. International accounting standards committee, 2000.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Contabilidade Introdutória/Equipe de professores da faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP**. São Paulo: Atlas, 1998.
- _____, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**. São Paulo: Atlas, 2007.
- _____, Sérgio de. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades, de acordo com as normas internacionais e do CPC**. Ed. Atlas, 2010.
- _____, Sergio de. **Teoria da contabilidade**. Atlas, 1980.
- KHANNA, Tarun; PALEPU, Krishna G.; SRINIVASAN, Suraj. Disclosure practices of foreign companies interacting with US markets. **Journal of Accounting Research**, v. 42, n. 2, p. 475-508, 2004.

- KUASIRIKUN, Nongnooch; SHERER, Michel. **Corporate social accounting disclosure in Thailand**. Accounting, Auditing and Accountability Journal, v. 17, n. 4, p. 629-660, 2003.
- LANG, Mark H.; LUNDHOLM, Russell J. Voluntary disclosure and equity offerings: reducing information asymmetry or hyping the stock? **Contemporary accounting research**, v. 17, n. 4, p. 623-662, 2000.
- LANZANA, Ana Paula. **Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras**. 2004. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.
- LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de. **Utilização da teoria da divulgação para avaliação da relação do nível de disclosure com o custo da dívida das empresas brasileiras**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- LOPES, Alexsandro Broedel; IUDÍCIBUS, Sérgio de. Martins, Eliseu. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005.
- LORZA, Ainhoa Larrañaga. **La transparencia en las cooperativas: más transparencia es más participación**. Derecom 16, 2014, p.7.
- MALACRIDA, Mara Jane Contrera; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 17, p. 65-79, 2006.
- MCKINNON, Jill L.; DALIMUNTHE, Lian. Voluntary disclosure of segment information by Australian diversified companies. **Accounting & Finance**, v. 33, n. 1, p. 33-50, 1993.
- MEEK, Gary K.; ROBERTS, Clare B.; GRAY, Sidney J. Factors influencing voluntary annual report disclosures by US, UK and continental European multinational corporations. **Journal of international business studies**, v. 26, n. 3, p. 555-572, 1995.
- MORRIS, Richard D.; TRONNES, Per Christen. The determinants of voluntary strategy disclosure: An international comparison. In: **American Accounting Association Annual Meeting**. 2008.
- MURCIA, Fernando Dal-Ri. **“Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil”**. 2009. 182 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- MURCIA, Fernando Dal-Ri; DOS SANTOS, Ariovaldo. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 3, n. 2, p. 72-95, 2009.
- NOSSA, Valcemiro. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional**. 2002. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- ORENS, Raf; LYBAERT, Nadine. Analysts' earnings forecasts and non-financial disclosures. 2008.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO 2012. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/cacrfp.asp>> Acesso em 20 jan. 2016.
- PROMOÇÃO, do cooperativismo. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/sobre-promoção-de-cooperativas-sobre-a-promoção-de-cooperativas-oit-2002-193>> acessado em: 30 de junho de 2017.

ROVER, Suliani; MURCIA, F. D. Influência do disclosure voluntário econômico e socioambiental no custo de capital próprio de empresas brasileiras. **Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Ciências Contábeis-ANPCONT, IV, Natal. Anais... Natal, ANPCONT**, 2010.

RULAND, William; TUNG, Samuel; GEORGE, Nashwa E. Factors associated with the disclosure of managers' forecasts. **Accounting Review**, p. 710-721, 1990.

SALOMONE, Roberta; GALLUCCIO, Giulia. **Environmental issues and financial reporting trends: a survey in the chemical and oil & gas industries**, 2001.

SCHADEWITZ, Hannu J.; BLEVINS, Dallas R. Major determinants of interim disclosures in an emerging market. **American Business Review**, v. 16, n. 1, p. 41, 1998.

SCHULTZ, C. A.; DE OLIVEIRA MARQUES, T.; MURCIA, F. D. R.; HOFER, E. Disclosure voluntário de informações ambientais, econômicas e sociais em cooperativas do setor agropecuário. **TPA-Teoria e Prática em Administração**, v. 2, n. 2, p. 56-77, 2013.

STANDARDS & POOR'S. **Transparency and disclosure (T&D)**, 2002. Disponível em: <www.standardandpoors.com>. Acesso em: 22 ago. 2009.

VERRECCHIA, Robert E. Essays on disclosure. **Journal of accounting and economics**, v. 32, n. 1, p. 97-180, 2001.

WILLIAMS, S. Mitchell. Voluntary environmental and social accounting disclosure practices in the Asia-Pacific region: An international empirical test of political economy theory. **The International Journal of Accounting**, v. 34, n. 2, p. 209-238, 1999.

YAMAMOTO, Marina Mitiyo; SALOTTI, Bruno Meirelles. **Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais**. Atlas, 2006.

YUSOFF, Haslinda; LEHMAN, Glen; MOHD NASIR, Noraini. Environmental engagements through the lens of disclosure practices: a Malaysian story. **Asian Review of Accounting**, v. 14, n. 1/2, p. 122-148, 2006.

ZEGHAL, Daniel; AHMED, Sadrudin A. Comparison of social responsibility information disclosure media used by Canadian firms. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 3, n. 1, 1990.